

~~Bibliografia aconselhada para prova de conhecimentos específicos da área funcional de Engenharia de Software:~~

~~SQL — *Structured query language*, Luis Manuel Damas, FCA editora.
Tecnologia de Base de Dados, José Luis Pereira, FCA editora.
Data Mining, M. Filipe Santos, Carla Azevedo, FCA editora.~~

~~ANEXO II~~

~~Avaliação Curricular~~

~~i) Habilitações Literárias:~~

~~Para a valorização das Habilitações Literárias, o Júri adotará o critério do grau académico detido, tendo em conta a atribuição das seguintes valorações:~~

~~Referência A e B~~

Habilitações literárias	Valoração
As exigidas para o posto de trabalho	14
De grau superior, desde que relacionada com a área funcional a que se candidata	20

~~ii) Formação Profissional:~~

~~Na valoração da Formação Profissional complementar, serão ponderadas e avaliadas as ações de formação e de aperfeiçoamento profissional relevantes para o exercício da função, frequentadas nos últimos seis anos, tendo em conta a atribuição das seguintes valorações:~~

~~Referência A e B~~

Ações de formação (*)	Valoração
Mais de 3 ações de formação	20
Até 3 ações de formação	16
Sem quaisquer ações de formação	8

~~(*) Não serão considerados formação profissional congressos, colóquios, seminários, conferências e workshops~~

~~iii) Experiência Profissional:~~

~~Na valoração da experiência profissional será ponderada e avaliada a experiência profissional em funções similares, tendo em conta o seguinte critério:~~

~~Referência A~~

Experiência profissional	Valoração
Até 3 anos de experiência relevante para o exercício da função	14
Entre 3 e 4 anos de experiência relevante para o exercício da função	16
Entre 4 e 5 anos de experiência relevante para o exercício da função	18
Mais de 5 anos de experiência relevante para o exercício da função	20

~~Referência B~~

Experiência profissional	Valoração
Até 5 anos de experiência relevante para o exercício da função	12
Entre 5 e 6 anos de experiência relevante para o exercício da função	14
Entre 6 e 7 anos de experiência relevante para o exercício da função	16
Entre 7 e 8 anos de experiência relevante para o exercício da função	18

Experiência profissional	Valoração
Mais de 8 anos de experiência relevante para o exercício da função	20

~~1 de junho de 2016. — O Diretor Delegado, Carlos Paiva.~~

~~309630839~~

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE VIANA DO CASTELO

Aviso n.º 7561/2016

Concurso Interno de Ingresso — Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado — Um Especialista de Informática de Grau 1, Nível 2 — Estagiário (carreira não revista)

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de junho, conjugado com a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo em sua reunião de 2016/01/13, se encontra aberto, pelo prazo de dez (10) dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, concurso interno de ingresso para ocupação de 1 posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal destes Serviços Municipalizados:

- 1 — Especialista de Informática de Grau 1, Nível 2 (estagiário).
- 2 — Local de trabalho: área do município de Viana do Castelo.
- 3 — Remuneração: pelo índice 400: 1373,12€.
- 4 — Legislação aplicável: Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março; Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho; Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril; Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro; Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro; Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações da Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril; Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

5 — Validade do procedimento concursal: válido para os efeitos previstos no n.º 2 do art.º 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação.

6 — Requisitos de admissão ao procedimento concursal:

6.1 — Podem candidatar-se indivíduos detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, em mobilidade interna na carreira/categoria para o qual o concurso é aberto, incluindo pessoal em situação de requalificação, que cumulativamente até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas satisfaçam os requisitos gerais e especiais, estipulados respetivamente no art.º 29 do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho a seguir referidos:

6.2 — Requisitos gerais:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceções pela Constituição, lei Especial ou Convenção Internacional;
- b) Ter 18 anos de idade;
- c) Possuir as habilitações académicas e profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções;
- f) Possuir a robustez física e psíquica indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

6.3 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente integrados na carreira, titulares da categoria e que exerçam a atividade caracterizadora do posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento concursal.

6.4 — Requisitos especiais:

Possuir os requisitos definidos na alínea a) do n.º 2, do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, nomeadamente candidatos habilitados com Licenciatura em Informática, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional.

7 — Conteúdo funcional:

O constante do art.º 2.º, da Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril e conforme caracterização do lugar no mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo (grau de complexidade 3). Conceber e desenvolver a arquitetura e acompanhar a implementação dos sistemas e tecnologias de informação, assegurando

a sua gestão e continuada adequação aos objetivos da organização; definir os padrões de qualidade e avaliar os impactos, organizacional e tecnológico, dos sistemas de informação garantindo a normalização e fiabilidade da informação; organizar e manter disponíveis os recursos informacionais, normalizar os modelos de dados e estruturar os conteúdos e fluxos informacionais da organização e definir as normas de acesso e níveis de confidencialidade da informação; definir e desenvolver as medidas necessárias à segurança e integridade da informação e especificar as normas de salvaguarda e de recuperação de informação; realizar os estudos de suporte às decisões de implementação de processos e sistemas informáticos e à especificação e contratação de tecnologias e comunicação (TIC) e de empresas de prestação de serviços de informática; colaborar na divulgação de normas de utilização e promover a formação e o apoio a utilizadores sobre os sistemas de informação instalados ou projetados.

— Formalização das candidaturas:

8 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante preenchimento obrigatório de formulário tipo, Mod. 356 de 01.06.2009, disponível na Secção de Recursos Humanos dos Serviços Municipalizados ou no sítio da internet dos Serviços Municipalizados em www.smsbvc.pt, dirigidas ao Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo, e entregues pessoalmente na secretaria destes serviços, durante o horário normal de funcionamento (das 8H30 às 16H30), ou enviadas por correio, em carta registada com aviso de receção, contando neste caso a data do registo, para os Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo, Rua Frei Bartolomeu dos Mártires, n.º 156, 4901-878 — Viana do Castelo.

Não serão aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

O requerimento de admissão deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, de:

- a) Fotocópia legível do documento comprovativo das habilitações literárias do certificado autêntico ou autenticado;
- b) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;
- c) Fotocópia do documento comprovativo da relação jurídica de emprego público bem como das funções efetivamente exercidas, se aplicável;
- d) *Curriculum vitae* detalhado, atualizado e datado, devidamente assinado, donde conste designadamente as ações de formação, congressos ou afins, estágios e experiência profissional, devidamente comprovados por fotocópias simples e legíveis de documentos autênticos ou autenticados, sob pena dos mesmos não serem considerados.

A indicação de outras circunstâncias passíveis de influírem na apreciação do mérito do candidato ou de constituírem motivo de preferência legal, só serão consideradas se forem comprovadas por fotocópias de documentos que o comprovem.

Assiste ao júri a faculdade de solicitar aos candidatos, em caso de dúvida, os elementos comprovativos das suas declarações.

9 — Não serão aceites candidaturas enviadas através de correio eletrónico.

10 — Os parâmetros de avaliação e respetivas ponderações de cada um dos métodos de seleção, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método, constam de atas de reuniões do júri do procedimento concursal, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitado, por escrito.

11 — A lista unitária de ordenação final, após homologação, será publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível nos Serviços Municipalizados de Viana do Castelo e disponibilizada na sua página eletrónica (www.smsbvc.pt).

12 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar será efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações dos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo e publicitada na página eletrónica.

13 — Os candidatos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º (alíneas b), c) ou d) da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

14 — Nos termos do n.º 3 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

Em conformidade com o art.º 6.º do mesmo diploma legal, os candidatos com deficiência, devem declarar, no requerimento de admissão, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência devendo ainda mencionar todos os elementos necessários ao disposto no art.º 7.º do mesmo decreto-lei.

15 — Será respeitada a ordem de recrutamento prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 12/2008, de 27 de fevereiro e do artigo n.º 48.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

16 — Em caso de igualdade de classificação o desempate será pela forma prevista no art.º 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação e subsistindo o empate, pela melhor nota da habilitação académica (último grau académico concluído). Subsistindo ainda, desempate pela maior experiência profissional na função e em seguida pela maior formação profissional.

17 — Em cumprimento da alínea h) do art.º 9.º da Constituição, os Serviços Municipalizados, promovem ativamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

18 — Métodos de seleção aplicáveis:

Nos termos dos artigos 19.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, aplicado à administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de junho, e Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, serão utilizados os seguintes métodos de seleção, numa escala de 0 a 20 valores:

- Prova de conhecimentos sob a forma escrita (PC);
- Avaliação curricular (AC);
- Entrevista profissional de seleção (EPS);

Será publicada dentro do prazo de candidaturas na página eletrónica dos Serviços Municipalizados de Viana do Castelo, em www.smsbvc.pt, a ata de definição de critérios de apreciação e ponderação dos fatores de avaliação, referente ao presente concurso.

18.1 — Prova de conhecimentos:

Será cotada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,50 valores. Terá a duração de 60 minutos, sendo permitida a consulta de legislação simples, não anotada. Visa avaliar o nível de conhecimentos académicos e profissionais dos candidatos e incidirá sobre os seguintes temas:

- Gestão de Unidades RTU (Sofrel), Administração Aplicação Posto Central (PCWIN1);
- Reparametrização de RTU através de (Sofrel Softools);
- Implementação de Sistemas de Telemetria (ITRON e SAPPEL);
- Aplicação Medidata Águas;
- Aplicação Medidata Sistema Integrado de Documentos e Atendimento Municipal;
- Lei n.º 67/98, de 26 de outubro (Lei da proteção de dados pessoais);
- Decreto-Lei n.º 122/2000, de 4 de julho (proteção jurídica das bases de dados);
- Decreto-Lei n.º 252/94, de 20 de outubro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2-A/95, de 31 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 334/97, de 27 de novembro, (Proteção jurídica de programas de computador);
- Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de março e pelo Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de junho, art.º 81.º (Modernização Administrativa);
- Lei n.º 109/09, de 15 de setembro (Cibercrime);

É permitida a consulta da legislação simples não anotada.

Os manuais referentes às aplicações supra mencionadas encontram-se disponíveis no seguinte sítio www.smsbvc.pt/concursos de pessoal.

18.2 — Avaliação Curricular:

A Avaliação Curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos e será efetuada nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei 204/98, de 11 de julho.

Sistema de classificação: adotar-se-á a escala de 0 a 20 valores, sendo eliminados ou excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,50 valores.

Será adotada a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{(HA + FP + EP)}{3}$$

18.2.1 — Habilitações Académicas (HA)

Onde se pondera a titularidade de grau académico ou nível de qualificação certificado pelas entidades competentes:

Habilitações Académicas de grau exigido à candidatura — Licenciatura — 10 valores

Habilitação de grau académico superior 20 valores

(HA) — Habilitação Académica. Onde se pondera a titularidade de grau académico ou nível de qualificação;

18.2.2 — Formação Profissional (FP):

Para a valoração da Formação Profissional serão contabilizadas ações adequadas e diretamente relevantes para o desempenho das funções, que será valorizado até ao limite de 20 valores.

Só serão contabilizadas as ações de formação cujos certificados sejam emitidos por entidades acreditadas.

18.2.3 — Experiência Profissional (EP):

A valorização da experiência profissional, incidirá na valorização do desempenho efetivo de funções na área para a qual é aberto o presente procedimento, execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e ao grau de complexidade das mesmas.

Só será contabilizado como tempo de experiência profissional, o que se encontre devidamente comprovado documentalmente por entidade competente, (declaração da entidade patronal, comprovativo de descontos para a Segurança Social ou Caixa Geral de Aposentações) que será valorizado até ao limite de 20 valores.

18.3 — Entrevista Profissional de seleção:

A entrevista profissional de seleção visa avaliar de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, sendo ponderados os seguintes fatores que serão valorizados até ao limite de 20 valores:

Critério 1 — Orientação para resultados considerando a capacidade para se focalizar na concretização dos objetivos do serviço e garantir que os resultados desejados são alcançados;

Critério 2 — Orientação para a inovação e a mudança considerando a capacidade para diagnosticar necessidades de mudança, aderir a novos processos de gestão e de funcionamento e apoiar ativamente a sua implementação;

Critério 3 — Motivação para o exercício das funções de Especialista de Informática.

Os critérios de avaliação dos métodos acima mencionados estarão disponíveis na página eletrónica dos Serviços Municipalizados de Viana do Castelo em www.smsbvc.pt.

18.4 — Classificação Final:

A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores, sendo o resultado o obtido da aplicação do estabelecido nos pontos anteriores, não sendo aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,50 valores nos métodos de seleção de caráter eliminatório, conforme o estatuído no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho; classificação determinada por aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (0,35 \times PC) + (0,35 \times AC) + (0,30 \times EPS)$$

Sendo:

CF = Classificação Final;

PC = Prova de Conhecimentos;

AC = Avaliação Curricular;

EPS = Entrevista Profissional de Seleção.

19 — Regime de Estágio: Conforme a alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, o estágio tem a duração de seis meses, findo o qual os estagiários serão ordenados em função da classificação obtida.

A classificação do estágio traduzir-se-á numa escala de 0 a 20 valores e resultará da avaliação do relatório de estágio a apresentar por cada estagiário. O júri do estágio será designado por despacho e tem a mesma composição do júri do concurso.

20 — Composição do júri:

Presidente:

Eng.º José João Machado Garcez Moreira, Chefe de Divisão de Águas e Águas Residuais;

Vogais efetivos:

Eng.º Fernando Raul Branco Brito Meira, Especialista de Informática da Câmara Municipal de Viana do Castelo;

Dr.ª Isabel Maria Lima Araújo Silva, Técnica Superior da Divisão Administrativa e Financeira;

Vogais Suplentes:

Eng.ª Sandrina da Cunha Fernandes, Especialista de Informática da Câmara Municipal de Viana do Castelo;

Dr. José Luís Gonçalves Afonso Rego, Chefe da Divisão Comercial e Atendimento.

Nas faltas ou impedimentos do Presidente do Júri, este será substituído pelo Vogal imediatamente a seguir.

21 — Para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, na sua redação atual e após consulta na Bolsa de Emprego Público a 2016/01/16, verificou-se que o INA, na qualidade de Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), prestou a seguinte informação “Não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado”.

Para efeitos do disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, e artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, de acordo com o despacho do Secretário de Estado da Administração Local em 2014/07/17, as autarquias não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia à Direção Geral de Qualificação dos Trabalhadores (INA) prevista naquela Portaria.

29 de janeiro de 2016. — O Presidente do Conselho de Administração,
Victor Manuel Castro de Lemos.

309629446